

Secretariado Nacional

SINTAP endurece luta

Na sequência do conhecimento do Documento de Estratégia Orçamental e das medidas anunciadas pelo Primeiro-Ministro tendo em vista o corte de mais quatro mil milhões de euros nas despesas do Estado, concluída que está a sétima avaliação da Troika ao programa de ajuda financeira a Portugal, o Secretariado Nacional do **SINTAP**, reunido ontem, 23 de Maio, em Lisboa, considera que é essencial e urgente que o Governo proceda a uma mudança de política e de atitude, de modo a garantir o crescimento, o emprego e uma Administração Pública eficaz ao serviço dos cidadãos.

O Secretariado Nacional recusa assim uma política de imposição, que coloca em causa o diálogo social e a negociação na Administração Pública.

As medidas recentemente anunciadas constituem um agravamento intolerável das condições de trabalho e uma insustentável degradação do funcionamento dos serviços públicos, bem como significativas e incompreensíveis alterações das condições de aposentação dos trabalhadores da Administração Pública.

O **SINTAP** considera que as propostas já conhecidas violam princípios constitucionais essenciais como o princípio da confiança e da segurança jurídicas, tendo em conta que, mediante designações e processos perversos, o Governo está a trilhar um caminho que conduz inevitavelmente a efectivos despedimentos na Administração Pública, contrariando, aliás, um estudo recentemente divulgado pela OCDE.

As medidas anunciadas violam igualmente os acordos que, de boa-fé, foram celebrados entre o Estado e as organizações sindicais, nomeadamente a Lei dos Vínculos, Carreiras e Remunerações, e corrompem o espírito do Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas, ao introduzir, de forma inaceitável, o despedimento individual na Administração Pública.

O **SINTAP** não entende como é possível que, depois de o próprio Governo apresentar um estudo no qual se conclui que o aumento do horário de trabalho não tem uma relação directa com o aumento de produtividade, o Executivo inverta agora completamente a sua posição, sem qualquer argumentação válida e justificativa para esta mudança.

Por isso, o **SINTAP** não aceita negociar nenhum diploma que vise aumentar a carga horária dos trabalhadores e que, por essa via, promova uma redução generalizada dos vencimentos, e considera completamente inadequada a utilização do orçamento rectificativo para a sua concretização.

O **SINTAP** considera inaceitável que o Governo rompa unilateralmente com o que tinha sido acordado com os sindicatos relativamente à convergência do regime de aposentação da

Administração Pública com o regime geral da Segurança Social, tanto nas condições necessárias para a aposentação como para a fórmula de cálculo, utilizando argumentos meramente economicistas para frustrar por completo as expectativas dos trabalhadores e dos pensionistas.

É também intolerável que o Governo privilegie os rendimentos, salários e pensões dos trabalhadores e dos pensionistas da Administração Pública como fonte primordial de financiamento de uma crise para a qual não contribuíram.

O **SINTAP** não aceita que a crise e o programa de assistência financeira internacional sirvam de pretexto para promover uma autêntica política de desmantelamento dos serviços públicos. Redução de efectivos, redução de estruturas, redução de consumos intermédios, cortes e reduções de salários e de pensões, são apenas alguns exemplos que demonstram, de forma clara, as intenções do Governo.

O **SINTAP** recusa liminarmente mais austeridade, mais recessão e a crescente diminuição das perspectivas de crescimento, desenvolvimento e emprego.

Recusa também o aumento da idade da reforma e apela para que a redução de efectivos continue a fazer-se naturalmente mediante as saídas para aposentação e controlando as admissões, já que, desta forma, a meta de redução de 100 mil postos de trabalho na Administração Pública, imposta pela Troika, será alcançada ou mesmo ultrapassada no final de 2013.

Assim, o Secretariado Nacional do **SINTAP** decide:

1. promover uma campanha nacional de esclarecimento e mobilização junto dos trabalhadores e da sociedade em geral, pela defesa do Serviço Público como garante dos direitos de cidadania que a Constituição a todos consagra;
2. contestar juridicamente as medidas que o Governo pretende implementar e demonstrar a sua injustificação junto dos grupos parlamentares e do Provedor de Justiça;
3. empenhar-se, até ao limite do possível, na sua participação em todos os processos negociais que ocorram, rejeitando a imposição e valorizando o diálogo social e a negociação colectiva;
4. apoiar e participar activamente nos processos de contestação e luta que venham a ser desenvolvidos em unidade na acção e concertadas com outras estruturas sindicais representativas dos trabalhadores, tendo em vista a mobilização de todos os trabalhadores e de toda a sociedade para o combate às políticas seguidas pelo actual Governo, que penalizam violentamente os trabalhadores em geral e em especial os trabalhadores da Administração Pública;
5. apoiar a convocação de uma greve geral da Administração Pública para o mês de Junho de forma concertada e acordada entre as estruturas em presença, numa discussão que deverá incluir a discussão de datas ou que, em alternativa, resulte numa convergência das mesmas.

Lisboa, 24 de Maio 2013